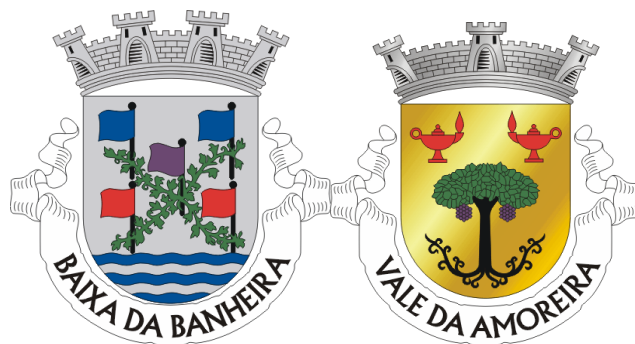




Ata da Assembleia Ordinária de Freguesias da União
de Freguesias da Baixa da Banheira e do Vale da
Amoreira

Concelho da Moita

27 de Setembro de 2023

Ata n.º14

Ao vigésimo sétimo dia do mês de Setembro de dois mil e vinte e três, no Salão da Junta de Freguesia da Baixa da Banheira, realizou-se uma reunião ordinária da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Apreciação e Votação da Ata n.º13

2 – Informação da Senhora Presidente da Junta de Freguesia sobre a Atividade da Freguesia prestadas nos termos e para efeitos da alínea o), ponto 1 artigo 17.º da Lei n.º 5 A/2002, de 11 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela alínea e) do no 2 do artigo 9.º da Lei no 75/2013, de 12 de Setembro

Houve pedidos de substituição, nomeadamente, no PS, em que Ana Mêlissa Ferreira, Patrícia Pires e Cíntia Guerra foram substituídas por Carlos Simões, Vítor Pessoa e António Jorge, respetivamente. Já na bancada da CDU, Rogério Santos foi substituído por Rui Martinez.

No total, dos 19 membros eleitos, 18 estiveram presentes na reunião.

Antes de passar a palavra ao público, o Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, Paulo Alfama, deu início à sessão, anunciando que teria sido entregue à Mesa um requerimento, por parte da bancada da CDU, solicitando listagens de intervenções nos equipamentos escolares e dos apoios atribuídos a associações e coletividades, ambas referentes ao período decorrido desde o início do atual mandato até 15 de Setembro de 2023. A documentação é entregue à Senhora Presidente da Junta, Bárbara Dias.

O Presidente da Mesa interpelou o público no sentido de aferir se haveria alguma intervenção, sendo a palavra pedida pelo senhor Pedro Aniceto, pela senhora Anabela Rosa e pelo senhor Pedro Pires.

Começou por intervir o senhor Pedro Aniceto, a respeito das afirmações feitas pelo senhor Rogério Santos, membro da bancada da CDU na Assembleia de Freguesia da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, durante a reunião anterior, que decorreu a 28 de Junho de 2023, relativamente ao concurso para a elaboração de logótipos

para a freguesia. O senhor Pedro realça que, quando o senhor Rogério evoca o resultado do concurso literário, realizado pouco tempo antes, na freguesia de Alhos Vedros, em que insinua que houve parcialidade no resultado, há que ter responsabilidade sobre o que se afirma. Contou que se sentiu ofendido pelas palavras do senhor Rogério e que teria endereçado uma missiva ao Presidente da Mesa da Assembleia, pedindo uma retratação, o que, até àquele momento, não teria acontecido. Finaliza, lamentando o facto do senhor Rogério não se encontrar presente na reunião, pois queria questionar o mesmo relativamente à expressão que utilizou (“sair à casa”), querendo saber se existiria alguma incompatibilidade que impediria o senhor Pedro de participar nos concursos. Aproveitou ainda para dizer que teria lido o regulamento do concurso para a elaboração de logótipos e que lhe parece que o anonimato dos participantes estará assegurado.

O senhor Nuno Cavaco pede a palavra para esclarecer que teria discutido o assunto com o senhor Rogério e afirma que o mesmo gostaria de se desculpar com o senhor Pedro, pois teria percebido que se teria excedido com o que disse. Conclui, pedindo desculpa, em nome da bancada de CDU, pelo sucedido. Agradeceu ainda ao senhor Pedro por ter comparecido à reunião para expor a situação.

O Presidente da Mesa confirma a receção da missiva, da parte do senhor Pedro, afirmando que informou o senhor Rogério da situação.

De seguida, a senhora Anabela Rosa interveio para expor a situação da D. Maria Manuela Rocha, explicando que, após ter sofrido um AVC, a senhora teria precisado de acompanhamento, tendo este sido prestado pela organização RUMO e pela Câmara Municipal da Moita, enquanto ainda se encontrava hospitalizada. Afirma que a senhora teria ficado com sequelas, tornando-se dependente de terceiros, e que seria a senhora Anabela, juntamente com outras vizinhas, que cuidariam da senhora nos momentos em que esta não se encontraria no centro de dia que estaria a frequentar. Explicou que teriam procurado soluções para a situação, afirmado que teria tentado entrar em contacto com a RUMO e com o Balcão de Inclusão, mas que não teria tido resposta. Relatou alguns episódios que demonstram que a senhora não se encontraria bem a nível psicológico e faz um apelo para que se arranje uma solução permanente. Menciona ainda que teria entrado em contacto com a Senhora Secretária de Estado da Inclusão, Ana Sofia Antunes, resultando no encaminhamento de todo o processo para o Instituto da Segurança Social.

A Senhora Presidente intervém para informar que passará a palavra à Senhora Secretária do Executivo, Cátia Nunes, aproveitando apenas para dizer que, não sendo uma competência direta da junta de freguesia resolver casos como o exposto pela senhora Anabela, faria o encaminhamento para os órgãos competentes, apelando a que os cidadãos que saibam de casos semelhantes os comuniquem à junta de freguesia. Finaliza, realçando a solidariedade demonstrada entre vizinhas e deixando votos de melhora da situação.

A senhora Cátia Nunes tem a palavra e explica que, na Junta de Freguesia, existe o Serviço de Ação Social, que seria o mais indicado para se recorrer, tendo em conta a natureza da situação divulgada, já que há necessidade de uma resposta especializada, afirmando que não pretende desmerecer o esforço dos cidadãos que teriam ajudado a senhora até àquele momento. Explica que se poderá agendar um atendimento, para que possa perceber todos os contornos do caso e encaminhar para as entidades que possam dar uma resposta concreta. Informa ainda que, até à presente reunião, o caso não seria do conhecimento da Junta de Freguesia.

O senhor Nuno Cavaco pede a palavra, querendo manifestar solidariedade pelo caso, afirmando que os cidadãos estariam a tomar uma responsabilidade que seria da Câmara Municipal e, dado o caráter de emergência, a Junta de Freguesia, estando em proximidade, deveria resolver o problema no imediato e não com atendimentos. Critica o que diz ser a incapacidade de dar resposta à situação e diz não entender como a Junta de Freguesia pode não estar a par da situação. Afirma que a Junta de Freguesia não deve apenas encaminhar o assunto, mas acompanhar e exigir que seja resolvido.

O Presidente da Mesa também fez questão de agradecer, em nome da Assembleia, a solidariedade e a ajuda demonstrada pelos cidadãos presentes na reunião, que se preocuparam com a situação.

A senhora Cátia Nunes pediu para explicar que a função de se marcarem atendimentos e serem feitos encaminhamentos seria precisamente não haver a necessidade de expor casos concretos nem a respetiva identidade dos cidadãos, passando, indesejavelmente, a ser de conhecimento público. Não obstante, entende as razões dos cidadãos que o fizeram no caso que se estaria a discutir. Reforça que os encaminhamentos permitiriam que as situações chegassem às instituições de maneira mais eficaz., de forma a darem resposta às mesmas, lembrando que ela por si só não teria as competências para resolver o problema, como, afirma, o senhor Nuno deveria saber. Explica que, do ponto de vista

técnico, conseguiria comunicar melhor com as instituições que prestam apoio na área, de forma a promover o bem-estar dos cidadãos. Afirmar que o atendimento não impediria a continuidade do acompanhamento, mas, pelo contrário, seria o primeiro passo para o conseguir. Termina, dizendo que acredita que o assunto ainda não teria sido resolvido por ainda não ter sido sinalizado anteriormente.

O senhor Nuno volta a intervir para alertar para a urgência da situação, realçando que as entidades que teriam sido contactadas até ao momento não teriam dado resposta. Afirmar saber que as competências para resolver o problema em si não seriam da Junta de Freguesia, mas apela que, já tendo conhecimento do caso, exija à Câmara Municipal uma solução. Realça que quem expôs a situação não foram os cidadãos ali presentes, mas sim o Hospital do Barreiro, ao deixar a senhora voltar para casa não estando em condições para tal. Conclui a intervenção, mudando de assunto, afirmando que o Estatuto do Direito à Oposição, que teria sido entregue, não estaria de a cumprir a lei, explicando que deveria ter sido enviado atempadamente para as forças políticas presentes na Assembleia, para se poder discuti-lo.

A Senhora Presidente da Junta esclarece que, precisamente, o que teria sido dito é que a Junta de Freguesia iria acompanhar o caso e que a explicação dada pela senhora Cátia seria de alguém que é da área e que sabe do que fala. Relativamente ao Estatuto do Direito à Oposição, afirmou que iria responder durante o Ponto 2 da Ordem de Trabalhos.

Finalizando as intervenções do público, interveio o senhor Pedro Pires para falar da segurança e da manutenção dos espaços públicos, mais concretamente no Vale da Amoreira, que, na sua opinião, haveria necessidade de ser melhor executada, alertando para riscos com a saúde pública, no caso do acumulo excessivo de lixo em algumas zonas. Questiona o que se estaria a pensar fazer para alterar a situação.

A Senhora Presidente da Junta começa por agradecer a intervenção do freguês e realçar a presença de jovens no público na reunião que decorria, o que mostra interesse das novas gerações com o futuro da freguesia. Percebe que dois anos de mandato já teriam passado e que ainda haveria muito a fazer, confessando que as dificuldades que envolvem a gestão de uma freguesia são muitas e que a mudança nem sempre é fácil. Explica que o Vale da Amoreira se encontraria “completamente desvirtuado de serviços” e que a União de Freguesias não possuía “respostas sociais recreativas ou de lazer”, o que acabaria por afastar os jovens. No que toca à manutenção dos espaços, esclarece que a Junta de

Freguesia não teria a higiene urbana como competência, porém que seriam sempre feitos alertas para situações relativas ao assunto junto da Câmara Municipal. Comenta que seria um problema visível um pouco por todo o país, devido à escassez de trabalhadores para tais funções. Explica que existiriam apenas 3 funcionários encarregados da manutenção dos espaços e que, na maior parte do tempo, estariam afetos às escolas, de modo a mantê-las em condições de serem utilizadas. Perante a falta de pessoal, informa que estaria previsto a colocação de 3 trabalhadores pelos contratos CEI+ e que se iria abrir concurso para 3 assistentes operacionais. Ressalta que se teriam definido intervenções, como na Rua das Camélias, que já teria sido executada, a pintura das escadas do Centro de Experimentação Artística, a pedido da Câmara, e a requalificação da Avenida Almada Negreiros, que ainda se estaria a tentar entender como fazer a manutenção.

O senhor Jorge Silva, da bancada da CDU, pede a palavra para dizer que partilha da opinião do freguês, relativamente ao estado em que se encontraria o Vale da Amoreira. Considera que anteriormente à junção das freguesias, tudo teria sido melhor, desde a limpeza dos espaços públicos à proximidade com a população e, por isso, lamenta que a desanexação não tenha sido possível.

Antes da Ordem de Trabalhos, houve uma saudação do MM e dois votos de pesar, uma moção e um voto de louvor da bancada da CDU.

Começou-se pela saudação do MM, lida por Cláudia Jaime:

Saudação: Dia Mundial do Professor

“Um pouco de história

O Dia Mundial do Professor celebra-se atualmente no dia 5 de outubro. Em 1994 foi decidida pela UNESCO, juntamente com a Internacional da Educação (IE), a celebração do Dia Mundial do Professor, a 5 de outubro de cada ano. Esta data foi escolhida para reconhecer a importância da declaração da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da UNESCO sobre a condição dos trabalhadores docentes, concretizada em 5 de outubro de 1966 por representantes de 75 países, numa conferência intergovernamental especial convocada pela UNESCO e realizada em Paris.

A sua missão

Aos professores, cabe a responsabilidade de transmitir conhecimento, valores e competências que serão essenciais para o desenvolvimento pessoal e profissional dos seus alunos. São eles que, através do seu trabalho, ajudam a construir o futuro de um país.

Na atualidade

Em Portugal a Educação está a atravessar uma crise marcada por sucessivos protestos dos professores, que reivindicam:

- Melhores salários - os professores portugueses têm salários abaixo da média da OCDE;
- Redução da carga horária - os professores portugueses têm uma carga horária excessiva, que é um fator de desgaste profissional;
- Redução da burocracia - os professores portugueses têm de lidar com uma burocracia excessiva, que lhes rouba tempo para planificar o que de facto é importante;
- Melhores condições de trabalho - os professores portugueses trabalham em condições muitas vezes precárias, com falta de recursos e infraestruturas;
- Revalorização da carreira docente - os professores portugueses querem uma carreira docente mais justa e valorizada pela tutela;
- Redução do tempo de serviço congelado - os professores portugueses querem que o tempo de serviço congelado seja recuperado;
- Qualidade do ensino - os professores portugueses não aceitam que o Ministério da Educação tenha baixado os requisitos mínimos para se ser contratado como professor, o que faz com que haja bastantes professores sem habilitações para a docência. Também discordam da decisão tomada relativa à contratação de professores estrangeiros, sem habilitações adequadas, para colmatar a falta de docentes nas Escolas;
- Recursos para as escolas - os professores portugueses querem mais recursos para as escolas, como materiais didáticos, equipamentos e apoio especializados;
- Melhoria do estatuto do aluno - os professores portugueses querem o estatuto do aluno que promova a igualdade de oportunidades e a inclusão.

A reivindicações dos professores portugueses são legítimas, justas e compreendidas pela maioria da sociedade civil.

A Assembleia de Freguesia da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, reunida em 27/09/2023, delibera:

1 - Saudar todos os professores, em particular todos os que trabalham na União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira;

2 - Divulgar a presente saudação nos meios de comunicação institucionais da Junta de Freguesia;

3 - Enviar a presente saudação aos Diretores(as) de Agrupamentos das Escolas da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira.

Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, 27 de setembro de 2023

A eleita pela Coligação Merecemos +, Cláudia Jaime”

O senhor Rodrigo Nascimento informa que o PS votará a saudação favoravelmente, afirmando que o partido estaria sempre ao lado dos professores e da luta pelos seus direitos. No entanto, diz “achar curioso” que seja uma proposta da coligação MM a mencionar a carreira docente, tendo em conta que teria sido com a direita a governar a nível nacional que as carreiras dos professores teriam sido congeladas. Teria sido recente a alteração dessa medida, com o atual Governo socialista a aprovar um diploma para regularizar a carreira docente, beneficiando, até àquele momento, cerca de 17 mil professores, prevendo até cerca de 30 mil até ao fim de 2024. Afirma que, ao todo, serão cerca de 70 mil docentes abrangidos pela medida, concedendo direitos legítimos de forma sustentável.

O senhor Nuno Cavaco relembra que quem, no passado, afirmou que haveria professores a mais no país teria sido o ex-Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, do PSD, e o ministro da Educação do seu Governo, Nuno Crato. Diz também que o PS só teria feito algo na Educação quando teve a sua governação condicionada pela CDU e pelo BE. Informa que, para que a bancada da CDU votasse a favor da saudação, seria necessário retirar a parte em que se afirmar discordar da decisão de contratar professores estrangeiros, não vendo sentido em querer impedir cidadãos estrangeiros de exercer a profissão em Portugal.

A senhora Cláudia Jaime esclarece, relativamente à intervenção do senhor Nuno, que não haveria nem debate nem trocas de acusações, que a saudação teria sido apresentada e seria votada como tal, sem alterações.

Colocada à votação, a moção foi aprovada com 10 votos a favor, do PS, MM e BE, e 8 votos contra, da bancada da CDU.

Passou-se à moção da bancada da CDU, apresentada por Emílio Brazão:

Moção - Exigir do governo medidas para reduzir o valor das rendas e das prestações ao banco e assegurar o direito à habitação

“Os problemas da habitação assumem uma dimensão que exigem medidas que travem a dinâmica especulativa a que está submetida e que recentrem no Estado a responsabilidade e os meios de um vasto programa e habitação de promoção pública. Medidas que precisam de enfrentar os interesses dos fundos imobiliários e do capital financeiro, em particular da Banca, que, para além de especular com os valores das habitações, acumulam lucros imensos à sombra do aumento das taxas de juro e das dificuldades de centenas de milhares de famílias. Medidas que para lá das respostas mais imediatas e inadiáveis garantam uma resposta pública eficaz e indispensável à regulação do setor.

Estas medidas não estão no chamado pacote “mais habitação”. Este, tal como anteriores programas do Governo, não assegura nem o forte investimento Público nem a regulação de um setor que está hoje capturado pelos grandes interesses que dominam o mercado. Não basta criar ilusões em torno dos milhões do PRR. Não é sério praticar a desresponsabilização do Estado através de acordos de colaboração com os municípios, procurando remeter para estes a solução de um problema que precisa de uma resposta coerente e eficaz em todo o território nacional. Sem prejuízo do papel que o poder local, e em particular os municípios, são chamados a assumir, a dimensão do problema da Habitação é inseparável da assunção pelo Estado das responsabilidades que lhe cabem designadamente na promoção de oferta pública por via de um robusto investimento que se mantém ausente ano após ano.

A Assembleia de Freguesia da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, reunida em 27/09/2023, delibera:

- Reclamar a adoção de medidas que permitam enfrentar o aumento insuportável das prestações com aquisição de habitação própria, impondo a redução do valor das prestações, assegurando que os bancos suportam com parte dos seus enormes lucros o aumento das taxas de juro, a par da implementação de uma moratória que isente de pagamento a parcela de capital;
- Exigir do Governo uma intervenção visando a descida do valor das rendas, assegurando desde logo a fixação de um limite aumento das rendas de casa (incluindo para os novos contratos que venham a ser celebrados no próximo ano) fixando-o em 0,43% em vez dos cerca de 7% que decorrerão da aplicação automática dos critérios em vigor, bem como, o alargamento da duração mínima e a estabilidade dos contratos;
- Exigiu do governo as ações necessárias à concretização da resposta ao levantamento de carências habitacionais inscritas na Estratégia Local de Habitação do município, mobilizando os recursos financeiros correspondentes;
- Apelar à participação da população nas ações convocadas para o próximo dia 30 em defesa do direito à Habitação. No nosso caso, manifestação no Barreiro que decorrerá no dia 30 de Setembro, com início pelas 10 horas, à porta da Escola Secundária de Santo André e término no Continente da Verderena promovida pelo Movimento Porta a Porta.

Baixa da Banheira, 27 de setembro

Os eleitos da CDU”

O senhor Rodrigo Nascimento comenta que a crise na Habitação é uma questão de extrema importância para a população em geral, mas, sobretudo, nas gerações mais jovens, que tentam conseguir a sua emancipação, afirmando que não é um problema exclusivo do nosso país. Explica que o atual Governo teria estado a trabalhar para resolver o problema, lamentando que o Programa “Mais Habitação” ainda não estivesse ativo, sugerindo que tal ocorre por vontade do PSD. Considera as propostas apresentadas pela bancada da CDU legítimas, mas menciona as medidas já presentes no Programa “Mais Habitação”, como assegurar mais Habitação Pública, limitar para 2% a subida de renda nos novos contratos, aumentar a dedução do IMI familiar, reduzir de 28% para 25% a taxa especial de IRS sobre as rendas ou a isenção de IRS as mais-valias de casas vendidas ao Estado. Explica que estas seriam algumas das medidas que considera que poderão resolver o problema de forma sustentável. Assim sendo, informa que o PS se irá abster

na votação da moção por considerar que as medidas necessárias já serão aplicadas futuramente.

O senhor Nuno Cavaco discorda do senhor Rodrigo, já que a população mais jovem “ainda teria a casa dos pais”, sendo que haveria idosos que seriam obrigados a saírem das casas sem ter alternativa. Diz não entender as razões que teriam levado o PS a votar contra medidas que atualmente apresentam no programa anteriormente mencionado, com ligeiras alterações. Diz que Portugal seria o país europeu com menos Habitação Pública e que mais faria assistencialismo, afirmando que o concelho da Moita teria os casos mais graves de habitação indigna da Área Metropolitana de Lisboa e que, ainda assim, não teria candidaturas apresentadas ao PRR até àquele momento. Demonstra preocupação com os despejos iminentes, devido ao aumento das rendas, e com o aumento dos juros do crédito à habitação. Considera que os lucros excessivos que os bancos têm deveriam ser para amortizar o que a população pagaria em juros. Finaliza, dizendo que seria uma questão que deveria ser discutida independentemente da garantia de aprovação em Assembleia da República.

A moção é colocada à votação, sendo aprovada com 10 votos a favor, da bancada da CDU, do BE e do MM e 8 abstenções, do PS.

Passou-se ao voto de louvor, apresentado por Jorge Silva:

Voto de Louvor

Matilde Lúcia Ginja da Silva Moreira

“Apresentamos este voto de louvor em reconhecimento do espírito de missão e sacrifício demonstrado pelo trabalho na Junta de Freguesia durante décadas. Trabalho de todos os dias mas particularmente complicado, durante o longo período de pandemia, com episódios marcantes de grande solidariedade e humanismo.

Um voto louvor com o propósito de agradecer e evidenciar as qualidades morais e pessoais, bem como a entrega durante décadas a um serviço que resolve e resolveu milhares de problemas a quem aqui vive, trabalha ou nos visita. A determinação, empenho e coragem, com que presenteou a comunidade, muitas vezes para além do seu vínculo contratual com a autarquia, merecem ser louvados.

Assim, a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira aprova este voto de louvor que deve ser endereçado a trabalhadora agora a gozar justamente a sua reforma.

Baixa da Banheira

Os eleitos da CDU

27 de setembro de 2023”

A Senhora Presidente da Junta agradece o voto de louvor, em nome do Executivo, e conta que a senhora Matilde teria dado mais de 40 anos à causa pública. Informa que já teriam sido prestados louvores, não só à senhora mencionada, mas também às funcionárias Paula Batalha e Almerinda Beliz, que também já teriam prestado mais de 40 anos em funções. Aproveita também para convidar quem quisesse comparecer a uma pequena despedida da senhora Matilde, que se realizaria no dia 2 de outubro, no edifício da Junta da Freguesia do Vale da Amoreira.

O senhor Miguel Jorge informa que o PS votará favoravelmente, sugerindo apenas que o voto de louvor fosse em nome de toda a Assembleia de Freguesia, uma vez que o trabalho prestado pela senhora transcenderia forças políticas.

Passada a votação, o voto de louvor foi aprovado por unanimidade.

Tendo em conta que seriam dois votos de pesar, o Presidente da Mesa sugere que sejam ambos lidos e posteriormente discutidos, sendo tal sugestão aceite pelos membros da Assembleia.

Seguiu-se o voto de pesar pelo senhor José Manuel de Brito, apresentado pela senhora Helena Mira:

Voto de Pesar

José Manuel de Brito

“O cante alentejano é hoje património imaterial da humanidade.

O Cante Alentejano é um género de canto tradicional em duas partes, executado por grupos corais amadores. Nas comunidades migrantes na Área Metropolitana de Lisboa, como a nossa está muito presente. O repertório é constituído por melodias e poesia oral (modas), e é executado sem instrumentos musicais. Os grupos de Cante reúnem até 30

cantores que se dividem em 3 papéis: o “ponto” inicia a moda, seguido pelo “alto”, duplica a melodia uma terceira ou uma décima acima, muitas vezes adicionando ornamentos. Todo o grupo coral se junta em seguida, cantando os versos restantes em terceiras paralelas. O alto é a voz orientadora, que se ouve acima do grupo em toda a música. Existe um vasto repertório de poesia tradicional, bem como versos contemporâneos. As letras exploram tanto os temas tradicionais como a vida rural, natureza, o amor, a maternidade ou a religião, como as mudanças no contexto cultural e social. O Cante constitui um aspecto fundamental da vida social das comunidades alentejanas, premiando reuniões sociais em espaços públicos e privados. A transmissão entre os membros mais velhos e mais jovens ocorre principalmente nos ensaios dos grupos corais. Para os seus praticantes e apreciadores o Cante encarna um forte sentido de identidade e de pertença. Reforça também o diálogo entre diferentes gerações, géneros e indivíduos de diferentes origens, contribuindo assim para a coesão social (nota de candidatura).

O Sr. José Manuel de Brito, foi um dos fundadores e o principal impulsionador do Grupo Coral Alentejano “O Sobreiro”, o seu ensaiador de sempre que fez também os arranjos que conferem ao grupo, toda a sua originalidade. Um verdadeiro embaixador de cante, quer em Portugal, quer além fronteiras. Se hoje, o cante é património da humanidade, muito devemos agradecer ao Sr. José Manuel de Brito pelas muitas décadas que o deu a conhecer, valorizando a sua terra e a sua cultura. A sua presença jamais nos deixará coisas autarquias do concelho da Moita imortalizaram o seu papel na cultura, quer em livro, quer em vídeo.

Por anos e anos de dedicação e representação da nossa terra louvamos o mérito e o empenho de José Manuel de Brito nesta Assembleia de freguesia que no dia 27 de setembro de 2023 aprovou este voto de pesar pelo seu falecimento.

Deste voto deve ser dado conhecimento à família.

Baixa da Banheira, 27 de setembro de 2023

Os eleitos da CDU”

Seguiu-se o voto de pesar pelo senhor João Miranda, apresentado pelo senhor Nuno Cavaco:

Voto de Pesar

João Miranda

“João Miranda foi um associativista. Homem presente na vida da sua terra sempre com uma opinião válida. Fazia questão de participar e intervir na vida da Baixa da Banheira. Democrata forjado pela vida, com um sentido de justiça e responsabilidade que muitas vezes o levava à reserva e apenas à partilha com os mais próximos de algumas opiniões controversas, pois dizia o que pensava com frontalidade.

João Miranda cresceu no associativismo, mas não será exagerado dizer que o associativismo na Baixa da Banheira cresceu também com ele. E não é exagerado porque para além da sua casa de sempre o Clube União Banheirense “O Chinquilho”, onde fez de tudo um pouco e onde a sua presença diária auxiliava a muitos trabalhos e à resolução de muitos problemas, contribuiu de forma muito significativa para a construção da sede da Associação de Dadores de Sangue da Baixa da Banheira.

Acompanhou de perto todas as Assembleias dos Organismos Populares de Base ajudando no registo e na participação do Clube União Banheirense “O Chinquilho”.

Acompanhou de perto o trabalho realizado no Núcleo Museológico da Baixa da Banheira.

João Miranda assumiu várias causas, uma delas a construção do novo centro de saúde cujo nome será Raul Coelho, porventura um dos seus melhores amigos e companheiro de tantas e tantas lutas e batalhas.

João Miranda foi um homem bom que nos deixa muita obra feita e que acima de tudo sempre enalteceu o nome da Baixa da Banheira.

Por estes factos, reconhecidos por todos, a Assembleia de freguesia que no dia 27 de setembro de 2023 aprova este voto de pesar que deverá ser enviado à família e às direções do Clube União Banheirense “O Chinquilho” e à Associação de Dadores de Sangue da Baixa da Banheira.

Baixa da Banheira, 27 de setembro de 2023

Os eleitos da CDU”

O Presidente da Mesa aceitou a sugestão da bancada da CDU de ser feito um minuto de silêncio, em caso de aprovação dos documentos.

O senhor Miguel Jorge comenta que não seria o tipo de documento que alguém gostaria de discutir, mas que considera que, ao fazê-lo, seria “uma valorização do percurso e da marca” que os dois fregueses em questão teriam deixado na freguesia. Afirma que os documentos “pecariam por defeito” por nunca conseguirem refletir o real impacto dos feitos de alguém. Concretamente em relação ao senhor João Miranda, diz que o considerava alguém “interessado, frontal, assertivo e que transparecia bondade genuína”.

O Presidente da Mesa também fez questão de falar sobre os dois senhores, que considera “duas figuras ímpares da nossa terra”, em que realça a importância do senhor José Manuel de Brito para o Cante Alentejano e a convivência que teve com o senhor João Miranda, no Clube União Banheirense “O Chinquilha”.

Seguiu-se a votação e aprovação por unanimidade de ambos os votos de pesar, procedendo-se, então, ao minuto de silêncio.

Deu-se início à Ordem de Trabalhos, com o ponto 1, Aprovação de Ata n.º13.

Colocada à votação, a mesma foi aprovada por unanimidade.

Por fim, o ponto 2, Informação da Senhora Presidente da Junta de Freguesia sobre a Atividade da Freguesia prestadas nos termos e para efeitos da alínea o), ponto 1 artigo 17.º da Lei n.º 5 A/2002, de 11 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela alínea e) do no 2 do artigo 9.º da Lei no 75/2013, de 12 de Setembro.

Aberta a discussão, o senhor Nuno Cavaco intervém, começando por congratular a composição do documento, afirmando que estaria explícito o trabalho que foi efetuado. Elogiou o projeto relativo à homenagem a Neemias Queta, tendo sido iniciado no mandato anterior e que o atual Executivo decidiu manter e concretizar, mas lamenta que o artista, Pedro Pinhal, não tenha sido mencionado e pede apenas que se acrescente o seu nome. Relativamente ao Estatuto de Direito à Oposição, apenas pede que o documento seja enviado aos partidos, no intuito de cumprir a lei.

O Presidente de Mesa pediu um esclarecimento em relação ao documento entregue na reunião de Assembleia anterior, relativamente às comemorações do 25 de Abril serem introduzidas no currículo dos agrupamentos escolares da União de Freguesias.

A Senhora Presidente aceita a sugestão de colocar o nome do artista no documento, admitindo um lapso nesse sentido. Relativamente ao Estatuto de Direito à Oposição, esclarece que seria remetido para uma próxima Assembleia de Freguesia e enviado para

todos os partidos. Sobre o documento sobre as comemorações do 25 de Abril, afirma que levar o assunto às escolas seria de todo o interesse, mas é algo que ainda não estaria definido, não havendo ainda conhecimento das atividades que seriam realizadas, mas que todas as ideias seriam bem-vindas.

Nuno Cavaco pede a palavra para pedir que se ponderasse dar apoio para o Desfile do 25 de Abril, realizado pela população. Pede que se estimule a participação do Movimento Associativo para esse fim.

Jorge Silva questiona qual seria o sítio na Avenida Almada Negreiros em que seria instalado o parque infantil e se seriam incluídos equipamentos desportivos.¹

A Senhora Presidente responde, dizendo que as comemorações do 25 de Abril estariam a cargo da Câmara Municipal, propondo-se a questionar se pretenderiam também organizar o desfile. Relativamente ao parque infantil, explica que o Executivo tem tentado criar espaços intergeracionais, algo já feito no Parque das Laranjeiras. No caso do parque em questão, estaria previsto ser colocado em frente à Escola Secundária, por se encontrar perto do Polidesportivo 25 de Abril, pela proximidade da escola em si e como forma de valorizar a placa com o nome da avenida. Como explicou anteriormente, a intenção também passa por colocar equipamentos de manutenção desportivos no parque.

¹ Não foi possível saber quais foram as palavras concretas do senhor Jorge, visto que teria o microfone desligado durante a sua intervenção. O conteúdo da mesma foi retirado de informação dada posteriormente pelo senhor Jorge.

Encerramento

Nada mais havendo a tratar nesta reunião, sendo 23 horas e 55 minutos, o Presidente da Mesa deu por encerrada a mesma, tendo a primeira secretária lavrado a Ata em minuta, que foi lida e aprovada com unanimidade.

E eu, Mariana Sofia Marques Pinote, 1.^a Secretária da Mesa, a redigi e vou assinar, conjuntamente com o Presidente, Doutor Paulo Alfama.

Presidente:

Paulo Alfredo Alfama Pinote

1.^aSecretária:

Mariana Sofia Marques Pinote
